

**CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO NAS PESQUISAS EM POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**

***CONCEPCIONES DE ALFABETIZACIÓN EM LA INVESTIGACIÓN SOBRE
POLÍTICAS EDUCATIVAS***

CONCEPTIONS OF LITERACY IN EDUCATIONAL POLICY RESEARCH

 Pollyanna Nunes de OLIVEIRA
Universidade Federal de Pernambuco
e-mail: pollyoliveira84@hotmail.com

 Alice Miriam Happ BOTLER
Universidade Federal de Pernambuco
e-mail: alicebotler@gmail.com

| 1



Como referenciar este artigo

OLIVEIRA, P. N. de.; BOTLER, A. M. H. Concepções de alfabetização nas pesquisas em políticas educacionais. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. esp. 1, e021013, 2021. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v11iesp.1.16500>

Submetido em: 08/06/2021

Revisões requeridas em: 06/08/2021

Aprovado em: 10/09/2021

Publicado em: 30/10/2021

RESUMO: O artigo analisa políticas de alfabetização no contexto brasileiro. Por meio de estudo bibliográfico, levantou-se as pesquisas a respeito das distintas concepções de alfabetização presentes nas políticas educacionais voltadas para este tema. Tal concepção indica o caminho a ser per corrido para a efetivação do seu objetivo principal: a aquisição da linguagem por parte da totalidade de crianças na faixa etária até os 8 anos de idade. Conclui-se que a democratização da aquisição da linguagem por parte dos estudantes, além de ser uma questão teórica, de método ou técnica, é relativa ao âmbito local, espaço complexo que envolve diversos atores, formas e processos, que potencializam a escolha criativa de diferentes caminhos que permitem a qualificação dos processos educativos e, particularmente, de alfabetização.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional. Alfabetização. Micropolítica.

RESUMEN: *El artículo analiza las políticas de alfabetización em el contexto brasileño. A través de um estudio bibliográfico, se planteó la investigación sobre las diferentes concepciones de alfabetización encontradas em las políticas educativas centradas em este tema. Tal Concepción indica el camino a seguir para la realización de su principal objetivo: el la adquisición del lenguaje por parte de todos los niños hasta los 8 años. Se conclui que la democratización de la adquisición del lenguaje por parte de los estudiantes, además de ser una cuestión teórica, metodológica o técnica, está relacionada com el ámbito local, um espacio complejo que involucra a variados actores, formas y procesos, que potencian la elección creativa de diferentes caminos que permitan la calificación delos procesos educativos y, em particular, de la alfabetización.*

PALABRAS CLAVE: Política educativa. Alfabetización. Micropolítica.

ABSTRACT: *The article analyses literacy policies in the Brazilian context. Through a bibliographic study, we surveyed the research regarding the different conceptions of literacy present in educational policies focused on this theme. Such conception indicates the path to be followed for the realization of its main objective: the language acquisition by all children aged up to 8 years old. It is concluded that the democratization of language acquisition by students, in addition to being theoretical, method or technical issue, is related to the local scope, a complex space that involves several actors, forms and processes, which enhance the creative choice of different paths that allow the qualification of educational processes and, particularly, of literacy.*

KEYWORDS: Educational policy. Literacy. Micropolitics.

Introdução

Analisando a história da educação no Brasil, podemos observar que a política educacional voltada para a instrução primária nos anos equivalentes ao que conhecemos hoje como ciclo de alfabetização sofreram diversas influências internas, de acordo com os interesses e necessidades do Estado (ROMANELLI, 2005; VIEIRA; FARIAS, 2007; SAVIANI, 2005; SCAFF; OLIVEIRA; BRITO, 2018). Marcilio (2016) esclarece que um olhar sobre a história nos auxilia a entender a situação atual da alfabetização frente ao atraso em seus resultados, e Ferraro (2014) problematiza a situação da dívida do Estado, em relação a garantia da alfabetização como direito de todos. Alves, Alves e Fernandes (2014) apontam para a necessidade do olhar sobre o modelo de gestão educacional, que marcou o caminho histórico das políticas educacionais a partir de uma visão gerencial, que enfatiza a racionalidade econômica, a produtividade e a competitividade, abrindo caminhos para a participação em uma perspectiva individualista, de controle e de fiscalização.

No período colonial, a ação do Estado objetivou combater o avanço do protestantismo e manter a população nativa submissa e, apenas na Constituição de 1824, foi decretado o direito de todos a educação elementar, o que suporia a criação de escolas primárias e ginásios em cada província. O compromisso do Estado, no entanto, envolveu poucos esforços de captação de recursos humanos e financeiros para fazer valer essa política.

Segundo Marcilio (2016), nota-se a construção de poucas escolas primárias e uma baixa matrícula da população no período imperial. O ensino de leitura, escrita e aritmética era feito de forma integrada e simultânea, um dos pontos positivos da época. Quanto aos materiais a serem utilizados pelo professor, eram oferecidas as Cartas ABC, as Cartas Silabárias e a Caligrafia, e como método de ensino prevalecia a soletração e a memorização, com o foco no ensino individual, em que o professor dava instruções gerais a cada aluno, enquanto os outros se mantinham em silêncio na sala de aula. Não havia, portanto, uma diretriz nacional para orientar o ensino, e os docentes trabalhavam de maneira individualizada e pautada numa abordagem tradicional. A Lei 5.692/71 foi promulgada com finalidade de gerar mudanças na organização do ensino de 1º e 2º graus. Dentre as políticas mais específicas para a alfabetização das crianças temos a política de ciclos, que surge no Brasil na década de 1970, com o objetivo de diminuir a reprovação e a evasão escolar, de modo mais sistemático. Marcilio (2016) esclarece que neste período foram implementadas não apenas políticas, mas métodos de alfabetização, entre os quais temos os ciclos de estudos com a aprovação automática e o foco na aprendizagem do aluno, que passou a ser considerada de forma espontânea e autônoma.

Para Souza Silva (2017) a política de ciclo deveria implicar um conjunto de mudanças nas práticas escolares, mas caracterizou-se como polêmica por incorporar, além do discurso pedagógico, o mercadológico. O pedagógico evidenciava a superação da reprovação e evasão escolar por meio do acompanhamento progressivo do aluno num recorte temporal ampliado, e o mercadológico focalizava a redução dos gastos educacionais, com a diminuição da retenção, por meio da ideia da promoção automática. A autora explica que a avaliação se torna a chave da diferença, pois ela deve existir de forma constante e variada, mas deve ser planejada e pensada respeitando os ritmos individuais, com o maior tempo para a concretização da aprendizagem de determinado conhecimento.

Estes aspectos auxiliam a compreender a complexa teia das políticas educacionais voltadas à alfabetização, mas lançamos nosso olhar neste artigo sobre a contribuição de tais políticas com a qualidade da alfabetização. Compreende-se que um maior tempo para a aprendizagem atrelado a especificação clara de metas e objetivos para cada ano que contempla o chamado ciclo de alfabetização, em um país com tamanhas desigualdades sociais como o Brasil, poderá favorecer a construção de projetos coletivos no interior da escola e se consolidar como um diferencial para o sistema educacional.

Assim, a política de organização de ciclos, dentro do campo da alfabetização, é compreendida e interpretada em cada época e contexto, podendo ou não ser mais uma aliada no cotidiano escolar, para alcançar o objetivo de alfabetizar todas as crianças no período inicial de escolarização. Deste modo, passamos a explorar as concepções de alfabetização presentes nas políticas, a partir do levantamento da literatura a respeito, conforme o que se segue.

| 4

Concepções de alfabetização nas pesquisas envolvendo as políticas educacionais

Analizamos as concepções de alfabetização adotadas nas políticas com base em teses e dissertações publicadas a partir de 2010, por ser um período em que houve um investimento no âmbito nacional de forma mais dirigida a políticas públicas voltadas para a alfabetização de crianças. Magalhães (2014, p. 62) esclarece que a “alfabetização é um dos campos mais fecundos, em resultado da investigação e do debate público”.

Fizemos o levantamento no banco de teses da Capes utilizando os descritores políticas públicas e alfabetização. Na primeira busca exploratória, selecionamos os primeiros mil trabalhos, que relacionam de forma direta a temática em questão. Como o nosso objetivo não foi o de esgotar todas as pesquisas que envolvessem essa temática e sim identificar as concepções de alfabetização presentes nas pesquisas atuais envolvendo as políticas

educacionais voltadas para alfabetização, identificamos, nos trabalhos selecionados aqueles que apresentavam uma discussão integrada entre alfabetização e política pública. Com essa busca, encontramos 12 teses e 50 dissertações, que compuseram nosso corpus da pesquisa.

Percebemos, conforme o Quadro 1, que algumas teses e dissertações focalizam pesquisas que envolvem políticas públicas voltadas para o ciclo de alfabetização no âmbito nacional, tais como o PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa), a ANA (Avaliação Nacional para Alfabetização) e a Provinha Brasil. Outras pesquisas tomam políticas nos âmbitos estaduais e municipais, como, por exemplo, o Pacto de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), no Ceará e a nível municipal o Bloco inicial de Alfabetização em Dourados/ MS, o Bloco Pedagógico de Alfabetização em Juiz de Fora, bem como as avaliações externas municipais e estaduais que nas pesquisas se integram às de nível nacional. Encontramos, também, pesquisas que envolviam políticas educacionais relacionadas a temas mais amplos, como as novas tecnologias, como o PROINFO e as questões de saúde como o Programa de Saúde na Escola – PSE.

Quadro 1 – Tipos de políticas públicas voltadas para alfabetização mais investigadas em teses e dissertações – período 2010-2018

5

Tipo de política	Nacional/Estadual/Municipal	Ano de lançamento	Quantidade
PNAIC	Nacional	2012	17
Avaliações externas	Nacional – Provinha Brasil	2008	12
	Nacional – ANA	2012	4
	Nacional e Municipal - diversas	Entre 2008 e 2012	4
PAIC	Estadual	2004	4
Políticas educacionais gerais voltadas para alfabetização	Municipal	Diversos	14
	Nacional – PROINFO	1997	1
	Nacional - PSE	2007	1
Ensino Fundamental de 9 anos	Nacional	2005	1
Propostas Curriculares	Municipal	diversos	2

Fonte: Levantamento da literatura realizado pela autora no Banco de Teses da Capes

O Quadro 1 denota ênfase das pesquisas envolvendo as políticas educacionais de alfabetização, que tem como objeto de estudo a política nacional do PNAIC e as políticas de avaliação externa. Tais escolhas se justificam pela relevância dessas políticas no campo da alfabetização. Entretanto, observamos que o objeto de estudo das pesquisas foi limitado

prioritariamente pelas áreas de conhecimento específicas da Linguagem, na sua maioria, e da Matemática, em alguns casos. Como a maioria dos trabalhos exploram o PNAIC como política educacional central para a alfabetização e pela importância no cenário nacional, trataremos de forma breve dessa política.

Este Programa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental e ganha a adesão da maioria dos municípios no Brasil a partir de 2013 (BRASIL, 2012). Segundo Leal (2015), o Pacto pela Alfabetização é o programa com maior abrangência do Governo Federal no atual contexto.

O PNAIC, segundo Aranda, Viédes e Lins (2018), se consolidou como política educacional nacional por meio de uma pactuação única, que envolveu todos os entes federados na busca pela garantia e pela qualidade do processo de alfabetização da criança. As autoras tratam relacionam a qualidade como de responsabilidade do Estado.

Constata-se que os objetivos estão voltados à qualidade da alfabetização das crianças, tendo em vista que busca garantir a redução do déficit na alfabetização e letramento, diminuir a distorção idade-série na educação básica, melhorar o IDEB, aperfeiçoar a formação, também visa colaborar na construção de propostas que visem o direito a aprendizagem, o desenvolvimento da criança, bem como a extensão da jornada escolar. O discurso envolve ações voltadas à criança, aos seus direitos de aprendizagens, aos índices de produtividade, aos professores, escolas e programas (ARANDA; VIÉDES; LINS, 2018, p. 46).

6

A crítica no que tange à qualidade do processo de alfabetização é de ter deixado de fora a direção escolar nos processos de formação, pois entendem que esta teria boas condições de contribuir nas escolhas e gestão das formações.

Leal (2015) analisa os documentos do PNAIC para discutir as propostas curriculares para o ensino de Língua Portuguesa e ressalta alguns aspectos importantes que compõem esse programa, dentre os quais destacaremos aqueles que acreditamos serem de relevância para a ampliação da concepção da qualidade na alfabetização.

Os aspectos universal e singular aparecem de modo interligado, sendo que o universal se relaciona à luta pela alfabetização enquanto direito para todos, expressa por meio da definição de direitos de aprendizagens gerais, mas também reconhece a necessidade de se levar em conta o contexto local da escola e da sala de aula, valorizando a singularidade de cada comunidade. Outro ponto é a exploração do caráter social da alfabetização, que contribui para a formação de valores e atitudes sociais, por meio da aprendizagem da leitura, da escrita, da fala e da escuta, que são significativas para a vida. A autora também salienta que a alfabetização

vem sendo concebida de forma ampla nos documentos oficiais, pois integra os componentes de diversas áreas do conhecimento ao ensino da base alfabética.

A concepção ampla da alfabetização, envolvendo o letramento com o uso mais abrangente de outros conhecimentos, nos parece de extrema importância quando tratamos da qualidade da alfabetização. Ao concebermos a alfabetização como um processo amplo e que não se limita apenas ao ensino da leitura e da escrita e, de modo restrito à área de linguagem, defendemos que o seu ensino pode e deve ser relacionado e integrado às diversas áreas do conhecimento e que deve ser expresso, de forma sistemática, nos diversos materiais que são produzidos para orientação ou formação do professor alfabetizador.

Leal (2015) ressalta que nos documentos do PNAIC a relação com outras áreas do conhecimento vem sendo tratada de modo transversal em alguns cadernos de formação do professor alfabetizador. A este respeito, Morais (2018) também defende que o ensino na área de Língua Portuguesa deve ser priorizado no dia a dia da sala de aula e no cotidiano escolar, mas deve estar atrelado aos outros componentes curriculares.

Entretanto, o que nos chama a atenção é a maneira como essa concepção ampla de alfabetização vem sendo abordada nas diversas políticas de alfabetização e que incidem diretamente na prática docente. Entendemos que a articulação sistemática com outras áreas é um meio de garantia que as crianças tenham acesso ao máximo de conhecimentos para a construção de uma cidadania e formação plena. Como exemplo, ao tratar do tema do meio ambiente na sala de aula, o professor pode, com o debate e a vivência de experiências, desenvolver uma consciência ambiental, tratando de modo planejado dos princípios específicos relacionados ao Sistema de Escrita Alfabética propondo a ampliação do conhecimento com a leitura e a escrita.

Nesse momento, passamos a analisar as concepções de alfabetização apresentadas pelas 62 pesquisas por nós levantadas. Realizamos o exame prévio dos resumos e dos sumários na busca de identificar tópicos específicos sobre as concepções de alfabetização.

Em relação à concepção de alfabetização ampla envolvendo o letramento na língua materna, localizamos 29 entre 60 trabalhos, que se encaixam nessa categoria (DIAS, 2015; GIARDINI, 2016; CARDOSO, 2015; LIMA, 2016; SANTOS, 2012; SILVA, 2013; entre outros).

A maioria das pesquisas, apoia a sua discussão teórica no trabalho de Magda Soares (2003, 2004, 2020) que defende o processo de alfabetização imerso no cotidiano do estudante e das práticas sociais mais amplas relacionadas ao processo de leitura e escrita. Isso se justifica por ser uma autora que se destaca na produção a respeito do tema, uma vez que, desde 2007

vem desenvolvendo um projeto de alfabetização, intitulado de “Alfaetrar”, em parceria com a Secretaria de Educação do Município de Lagoa Santa, que se tornou referência nacional sobre alfabetização.

Soares (2003), diferencia a utilização dos termos alfabetização e letramento no Brasil, na perspectiva teórica e prática de habilidades e competências relacionadas a aquisição da leitura e da escrita. Para a autora, a alfabetização envolve o aprendizado de uma técnica extremamente importante para o processo de aquisição da leitura e da escrita.

Chamo a escrita de técnica, pois aprender a ler e a escrever envolve relacionar sons com letras, fonemas com grafemas, para codificar ou para decodificar. Envolve, também, aprender a segurar um lápis, aprender que se escreve de cima para baixo e da esquerda para a direita (SOARES, 2004, p. 15).

Sendo assim, a alfabetização, no processo de ensino e aprendizagem não pode ser apreendida de forma espontânea, pois, como técnica, envolve diferentes e complexas especificidades que precisam ser adquiridas pelas crianças. Mas com o surgimento do termo “letramento”, mais relacionado ao uso dessa técnica nos contextos sociais, a sistematização foi sendo dissociada do ato de alfabetizar, e acarretou no desprezo pelo ensino dos princípios do sistema de escrita, que envolve o processo de alfabetização. Esse fenômeno foi denominado criticamente por Soares (2003, 2004) de “desinvenção da alfabetização”.

Ao mesmo tempo em que surge o termo letramento, incorporando ou até substituindo os aspectos inerentes ao processo da alfabetização, uma outra perspectiva foi apresentada, por meio do paradigma construtivista, tendo como principal representante Emília Ferreiro, referente à psicogênese da língua escrita¹, em que o foco deixa de ser restrito (código) e passa a se pensar em representação.

Além dessas questões, Soares (2003, 2004) aponta que, com os estudos de Emília Ferreiro, muitos estudiosos interpretaram o ensino do sistema de escrita e ortográfico de forma errônea, como algo espontâneo da natureza da criança e, portanto, sem a necessidade de sistematização no processo formal de escolarização, o que acarretou altos índices de fracasso escolar durante o processo. Na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2016 cerca de 54,7% das crianças no terceiro ano do Ensino Fundamental apresentaram índices insuficientes nas habilidades que envolvem leitura, escrita e interpretação de pequenos textos (SOARES,

¹ Refere-se as fases de desenvolvimento da escrita pela criança desde a pré-escola, que passa de uma fase inicial chamada de pré-silábica, em que não percebe que as letras representam os sons, para a fase intermediária, denominada de silábica, em que a criança escreve uma letra para cada sílaba, inicialmente sem valor sonoro e posteriormente com valor sonoro. E por fim chega a fase alfabética, que marca o início da compreensão dos princípios alfabéticos. Ver Ferreiro e Teberosky (1984).

2020).

Para a autora, os esforços para superar essa condição, ao longo da história, têm sido em relação a escolha de métodos para se alfabetizar, com uma constante alternância entre diferentes propostas que, de um modo geral, vem restringindo o conceito de alfabetização, sem levar em consideração suas múltiplas facetas. Afirma ainda que no Brasil o pêndulo está ora do lado da alfabetização, ora do lado do letramento. Essa concepção é muito perigosa para os impactos das práticas que ocorrem em sala de aula e que refletem a qualidade do processo. Desse modo, defende o uso de ambos, tanto de forma metodológica, quanto política, para que não haja interferências e equívocos em suas interpretações e, conseqüentemente, nas ações formais escolarizadas.

Para a autora, a alfabetização não representa a aprendizagem de um código em que a criança precisa memorizar as relações entre letras e som, mas envolve a compreensão da escrita com a sua notação e representação em um processo que integra a alfabetização ao letramento em uma ação educativa. Essa ação educativa vem sendo denominada por Soares (2020) de Alfalettrar, que não restringe a alfabetização a uma questão de método (como ensinar), mas sim a uma ação estruturada que busca compreender como a criança aprende a língua escrita, apoiada por diferentes contribuições de várias ciências linguísticas e psicológicas. | 9

A autora ressalta os princípios fundamentais do Alfalettrar: a continuidade no processo de ensino, o que se obtém por meio da definição clara dos objetivos e das metas para cada ano do ciclo, mantendo a nitidez do caminho a ser percorrido pela criança, em que habilidades e os conhecimentos são construídos de forma progressiva; e a integração entre os componentes do processo de alfabetização e letramento, o que garante que os professores saibam o que foi ou deveria ter sido trabalhado no ano anterior e, no ano subsequente, interagindo com os demais.

Qualidade no processo de alfabetização, portanto, inclui compreensão do que deve ser ensinado em cada etapa do ciclo. Entretanto, apesar de a autora tratar da dimensão social desse processo por meio do letramento integrado a alfabetização, acreditamos que para a formação integral da criança, outros aspectos precisam ser considerados e sistematizados de forma explícita, tais como a integração mais objetiva e direta de outras áreas do conhecimento nos processos de leitura e escrita, como já foi ressaltado.

Isso pode ser observado no levantamento sobre a concepção de alfabetização nas pesquisas, em que encontramos 11 dos 60 trabalhos com um sentido amplo da alfabetização envolvendo o letramento com uso mais abrangente de outros conhecimentos; 9 pesquisas com foco na alfabetização matemática, partindo das políticas de avaliação externa, tais como a Provinha Brasil e a ANA, e do PNAIC, por serem políticas que incidem não apenas sobre a

Língua Portuguesa, mas também a matemática (MINDIATE, 2015; SPERRHAKE, 2016; PORTELA, 2016; MOURA, 2014; PELLATIERI, 2013; SOUZA, 2016; COSTA, 2016; SOUSA, 2014; SALLES, 2016); e localizamos apenas 2 trabalhos que envolviam outras formas de letramento, nas áreas de tecnologia e na de saúde bucal (ABREU, 2014; IGDAL, 2016).

Apesar dessas pesquisas tratarem de outros tipos de letramento, não encontramos dados que abordam a alfabetização e o letramento de forma articulada entre as diversas áreas do saber, ou seja, as pesquisas tratam de outros letramentos no processo de alfabetização, mas não de forma integrada. Esse dado pode revelar a escassez de políticas de alfabetização que orientem de forma explícita e sistemática o trabalho articulado entre as diversas áreas do saber. Podemos citar o PNAIC, como uma possibilidade de tratar esse aspecto, o que não foi destacado nas pesquisas levantadas.

Outra questão que nos chamou a atenção foi que, dos 60 trabalhos, 18 não apresentam um debate teórico reflexivo sobre a concepção de alfabetização e/ou letramento, apresentando apenas a descrição da política investigada. Como nos afirmam Ferraro (2014), Rivero (2002) e Unesco (2009), a alfabetização envolve aspectos que vão além de métodos e técnicas relacionados a um campo de saber específico, pois está relacionada a questões sociais e políticas mais amplas, como a desigualdade e a falta de garantia pelo Estado de uma alfabetização de qualidade para todos.

Em contrapartida, encontramos apenas 2 trabalhos que apresentavam um sentido restrito da alfabetização com base em métodos (GONÇALVES, 2015; MIZIARA, 2014), o que indica um aspecto positivo, pois as pesquisas voltadas para a alfabetização estão mais coerentes com estudos que indicam um novo olhar sobre todo esse processo.

Analisamos de forma mais específica alguns trabalhos, como uma amostra das políticas investigadas. Dentre essas, Santos (2012) delimita como objetivo geral, um estudo de caso do Programa Pacto com os Municípios: Todos pela Escola, que se configura numa parceria do Estado da Bahia com os municípios para alfabetizar as crianças das redes públicas até oito anos de idade e extinguir o analfabetismo. Para tal, foi realizado um estudo comparativo em três programas: o Programa Pacto com os Municípios de Juazeiro, o Programa de Intervenção Pedagógica de Minas Gerais e o Programa de Alfabetização na Idade Certa do Ceará. Esta autora apresenta concepção relacionada aos múltiplos letramentos, como algo necessário à contemporaneidade, referentes ao letramento digital, tecnológico e comunicacional, aspecto de suma importância como contribuição para a reflexão sobre as políticas de alfabetização. Entretanto, a autora não se detém nessas definições apresentando como foco de sua análise a concepção de alfabetização como letramento, ou seja, como processo de leitura e escrita imerso

nas práticas sociais.

Nunes (2013) analisou a política de alfabetização no município de Dourados/MS a partir da apreciação do BIA - Bloco Inicial de Alfabetização, com foco nas questões relacionadas a alfabetização e letramento, tomando como base as definições apresentadas pelo documento nacional do Ensino Fundamental de Nove Anos e por meio do documento da política municipal de Dourados/MS do BIA.

Além dessas pesquisas, Mélo (2015), Miranda (2016) e Lima (2016) examinam o PNAIC, sendo que Mélo (2015) analisa a articulação entre as proposições expressas no PNAIC, com relação à formação continuada do professor e as propostas iniciais dos cursos de Pedagogia das universidades públicas da Paraíba. As concepções de alfabetização expostas nos textos são embasadas por meio das reflexões teóricas apresentadas por Magda Soares com foco na alfabetização e letramento. Nas pesquisas de Miranda (2016) e Lima (2016), observamos um interesse de estudo em aspectos de gestão, sejam eles a gestão em nível municipal e estadual, por meio do regime de colaboração ou da significância da gestão no processo de alfabetização.

Miranda (2016) se propõe a analisar qualitativamente a constituição histórica do processo de implantação e desenvolvimento do Programa Pacto pela Educação no contexto do Estado da Bahia e a materialidade do regime de colaboração. O trabalho menciona as noções de alfabetização como letramento e a alfabetização matemática que devem ser garantidas às crianças, mas, apesar do esforço na análise documental, ela não expõe de forma reflexiva uma concepção de alfabetização própria.

Lima (2016), diferente de Miranda (2016), traz uma posição explícita sobre o entendimento de alfabetização na perspectiva da política pública educacional e da gestão escolar. Esclarece que a alfabetização envolve aprendizagens de conteúdos relacionados à vida e à convivência social e, desse modo, a autora analisa a concepção de qualidade educacional evidenciada para a gestão do processo alfabetizador no espaço local, decorrente de normatizações, propostas teóricas e práticas presentes em duas grandes ações da política educacional brasileira: o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

A concepção de qualidade identificada pela autora, indica que existe uma prioridade nos aspectos quantitativos, decorrentes do Índice de Desenvolvimento da Educação, da Provinha Brasil e da Avaliação Nacional da Alfabetização, e acrescenta indicativos tais como a formação docente e dos profissionais que compõem a escola, as práticas pedagógicas e de avaliação, as propostas curriculares, a escolha do livro didático, as metodologias específicas para a alfabetização, o tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam

dificuldade de aprendizagem, a infraestrutura da escola, a diversidade e acessibilidade de materiais pedagógicos que, segundo a autora, são aspectos que se integram ao que é definido no PAR e no PNAIC. Corroborando com essa concepção, Silva, Conrado e Luz (2011) ressaltam a necessidade de uma articulação entre os dados quantitativos, expressos nos indicadores e metas, com os objetivos, os meios e os recursos para a obtenção da qualidade no campo educacional.

Como podemos observar, os artigos, dissertações e teses selecionados tomando como eixo as palavras-chave política pública e alfabetização trazem a concepção de alfabetização como letramento, apoiados nas definições de programas e políticas que abordam a concepção proposta especialmente por Magda Soares. Concordamos com os autores quando articulam suas pesquisas aos conceitos apresentados pela autora, por ser uma referência no campo da alfabetização. Alertamos, entretanto, para a necessária ampliação no olhar sobre o conceito, relacionando outras dimensões da alfabetização, pois a mesma não se restringe ao ensino da leitura e da escrita. Além disso, as pesquisas estão muito atreladas ao macro campo da política educacional e não apresentam como objeto de análise a micropolítica, ou seja, aquilo que ocorre na prática escolar como um todo integrando os diversos sujeitos da educação.

| 12

Políticas de alfabetização com olhar sobre o microcampo

Observamos nas pesquisas examinadas que autores como Mortatti (2010, 2014), Rivero (2002), Bordignon (2015), Weisz (2002), entre outros, investigam a alfabetização nas políticas públicas do Brasil, como processo complexo e primordial para a formação integral do ser humano. Entretanto, os sentidos impostos às políticas educacionais podem revelar propósitos ligados ao neoliberalismo com foco na produtividade, eficiência e eficácia com vistas a atingir metas e índices desconectados do contexto real (ALBUQUERQUE, 2014).

Segundo Mortatti (2010), a alfabetização envolve questões pedagógicas teóricas e práticas, bem como questões políticas, relacionadas aos direitos e deveres, direito de todo cidadão ter acesso a alfabetização quando criança e dever do Estado em garantir acesso e permanência. Assim, além dos campos teórico, didático e metodológico, relaciona as tensões e disputas que perpassam as políticas de alfabetização como resposta aos grandes índices de reprovação e abandono, e aponta para as mudanças na prática pedagógica no Brasil desde os anos 1980.

Uma abordagem preventiva contra o analfabetismo de jovens e adultos, conforme Rivero (2002), seria também indicação de que não bastam investimentos apenas em leitura e

escrita, mas as políticas devem focar questões que envolvam processos de ensino de leitura, escrita e cálculo, qualificação docente, atenção nesse processo específica para crianças com necessidades especiais, bem como a inclusão da família no processo de alfabetização das crianças, dentre outros, ou seja, lança um olhar de valorização das especificidades locais.

Vislumbramos tal abordagem a partir de 2012, quando o MEC passa a apresentar tal visão mais ampla da alfabetização, que envolve elementos que vão além da aquisição do Sistema de Escrita alfabética, buscando garantir uma formação integral da criança que estará mais capacitada com diversas ferramentas para ser um cidadão mais ativo e crítico na sociedade.

O termo Alfabetização pode ser entendido em dois sentidos principais. Em um sentido stricto, alfabetização seria o processo de apropriação do sistema de escrita alfabético. Para que o indivíduo se torne autônomo nas atividades de leitura e escrita, ele precisa compreender os princípios que constituem o sistema alfabético, realizar reflexões acerca das relações sonoras e gráficas das palavras, reconhecer e automatizar as correspondências som-grafia...O aprendiz precisa avançar rumo a uma alfabetização em sentido lato, a qual supõe não somente a aprendizagem do sistema de escrita, mas também os conhecimentos sobre as práticas, usos e funções da leitura e da escrita, o que implica o trabalho com todas as áreas curriculares e em todo o processo do Ciclo de Alfabetização. Dessa forma, a alfabetização em sentido lato se relaciona ao processo de letramento envolvendo as vivências culturais mais amplas (BRASIL, 2012, p. 27).

| 13

Desse modo, percebemos que os processos, as políticas e as ações pensadas e executadas com o foco na alfabetização, seja de crianças ou de adultos, envolvem também aspectos políticos, sociais, culturais e históricos, que não podem ser restritos apenas ao campo da Linguagem, com a aquisição da leitura e da escrita, abrangendo outras áreas do conhecimento que podem se integrar de forma harmônica com o ensino da leitura e da escrita na alfabetização de crianças, como um meio de possibilitar a ampliação de vivências diversas no âmbito escolar, tal como anunciam (WESTY, 2002; RIVERO, 2002; FERRARO, 2009, 2014). Dentre esses componentes temos a alfabetização matemática e a alfabetização científica, alfabetização ligada a Saúde e ao uso de tecnologias, que se complementam às práticas de leitura e de escrita.

A alfabetização matemática é examinada por Mindiate (2015), que toma o PNAIC e focaliza a alfabetização de crianças com idade entre seis e oito anos, especificamente a alfabetização matemática na perspectiva do letramento. Ela se refere a Danyluk (1993) e Lopes (2014), que incluem na alfabetização as primeiras noções da Linguagem Matemática. O termo alfabetização Matemática para Danyluk (1993), foi adotado para se referir ao ensino e aprendizagem da leitura e da escrita do texto matemático, por meio de sua interpretação e compreensão.

Fonseca (2014) inclui o campo da Matemática na concepção de alfabetização, relacionada aos contextos da vida cotidiana e real da criança, tanto dentro da escola quanto fora dela. Chassot (2003) e Pereira dos Santos (2007) nos ajudam a pensar no processo de alfabetização científica como um meio para a inclusão social, dentro de um contexto de prática social que faça sentido para o cidadão como autor de sua história. Estes trabalhos tocam diretamente aspectos do microcosmo da escola.

Segundo Chassot (2003), a alfabetização científica é “o conjunto de conhecimentos que facilitariam aos homens e mulheres fazer uma leitura do mundo onde vivem” (p. 94). A leitura de mundo na perspectiva científica possibilita a cada cidadão agir no mundo, transformá-lo para uma melhor qualidade de vida dentro de determinada coletividade numa abordagem transformadora, de modo a potencializar o sentimento de pertencimento ao mundo e responsabilidade por suas mudanças, sejam elas positivas ou negativas.

Pereira dos Santos (2007) entende que a alfabetização científica envolve aspectos importantes para a vida e que devem ser vivenciados de modo teórico e prático para resolver situações problemas do nosso dia a dia. Esse ponto levantado é muito importante quando pensamos na qualidade da alfabetização das crianças, que envolva um ensino mais amplo e diversificado. | 14

Considerações finais

O artigo procurou mostrar concepções diversas presentes nas políticas de alfabetização que, como visto, apontam ora para abordagens macro políticas, ora focalizam o âmbito da vida cotidiana do aluno.

Observa-se, claramente, certa preocupação formal-legal com a democratização do acesso à escolarização, ao mesmo tempo em que denotam que tais políticas não representaram real alcance da alfabetização para todos, apesar de o Estado ter fomentado ações voltadas para a escolarização básica da população como resposta às pressões de setores econômicos e ao capitalismo.

A manutenção de desigualdades sociais, com elevados níveis de pobreza, representa um entrave para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e igual e é dentro deste contexto que devemos pensar o “ideal” em termos de políticas de alfabetização que se destinem a um resultado efetivo. Concluimos, assim, que o sentido da alfabetização atrelado ao letramento no uso das questões da língua materna, nos parece ser predominante nas pesquisas analisadas, ao mesmo tempo em que poucos trabalhos apresentaram um olhar mais amplo envolvendo outros

componentes curriculares de forma integrada, bem como uma visão mais política da alfabetização, que foca nas mudanças sociais da população. Autores como Soares (2003) e Leal (2015) ressaltam a importância do ensino da leitura e da escrita articulado com outras áreas do saber.

Além desse aspecto, observamos que a grande maioria das pesquisas apresentam como foco o professor e a formação continuada como sendo o diferencial para a busca da qualidade da alfabetização. Entretanto, defendemos a ampliação deste foco, com vistas a incluir efetivamente a responsabilidade de outros atores no processo e na qualificação da alfabetização das crianças, dentro do ciclo de alfabetização.

Com isso, enfatizamos que as políticas de alfabetização, na sua formulação e implementação, precisam ampliar e rever o foco das suas ações, relacionando e responsabilizando de forma colaborativa todos os atores educacionais que compõem a escola, tais como coordenadores, gestores, alunos, pais, entre outros. Defendemos que no micro campo em que a política incide diretamente, há reverberação de sentidos e ampliação de responsabilidades, integrando os diferentes atores e fatores que envolvem o ato de ensinar e aprender.

Para a efetivação das políticas de alfabetização com qualidade para todos até os 8 anos de idade, a análise e a interpretação dos acontecimentos que envolvem a micropolítica, ou seja, o âmbito local, se torna um diferencial. Ball, Maguire e Braun (2016) contribuem com o debate neste sentido, uma vez que apresentam a noção de “encenação das políticas”, termo usado para especificar que os sujeitos da prática têm fundamental importância, uma vez que é na escola que as políticas ganham forma.

Conclui-se, desta forma, que a democratização da aquisição da linguagem por parte dos estudantes, além de ser uma questão teórica, de método ou técnica, é relativa ao âmbito local, espaço complexo que envolve diversos atores, formas e processos, que potencializam a escolha criativa de diferentes caminhos que permitem a qualificação dos processos educativos e, particularmente, de alfabetização.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. Políticas educacionais no estado do Maranhão: a formação continuada de professores no Plano De Ações Articuladas (PAR). **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 4, n. 10, p. 07-25, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3645>. Acesso em: 07 out. 2017.
- ALVES, Andréia Vicência Vitor; ALVES, Andressa Gomes de Rezende; FERNANDES, Maria Dilnéia Espindola. A gestão da educação no contexto da política educacional do estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 4, n. 12, p. 104-117, set./dez. 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3116>. Acesso em: 03 out. 2017.
- ARANDA, Maria Alice de Miranda; VIÉDES, Silvia Cristiane Alfonso; LINS, Cristina Pires Dias. O pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC) como política educacional. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 40-53, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325183890_O_pacto_nacional_pela_alfabetizacao_na_idade_certa_PNAIC_como_politica_educacional. Acesso em: 05 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2012.
- CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 89-100, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gZX6NW4YCY6fCWFQdWJ3KJh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.
- DANYLUK, Ocsana Sonia. **Alfabetização matemática**: Cotidiano da vida escolar. 3. ed. São Paulo: EDCUS, 1993.
- FERRARO, Alceu Ravanello. Alfabetização no Brasil: problema mal compreendido, problema mal resolvido. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **Alfabetização e seus sentidos**: O que fazemos e queremos? São Paulo: Unesp, 2014. p. 65-90.
- FERRARO, Alceu Ravanello. Liberalismos e educação. Ou por que o Brasil não podia ir além de Mandeville. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NXxRMDg5WFSpDqxcWPcXXNG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Alfabetização Matemática**. Brasília, DF: MEC; SEB, 2014.

LEAL, Telma Ferraz. Currículo no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: os direitos de aprendizagens em discussão. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, Edição Especial, p. 23-44, fev, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/19668>. Acesso em: 03 out. 2020.

LIMA, Franciele Ribeiro. **Política e gestão do processo alfabetizador na relação PAR/PNAIC em Dourados, MS: qual qualidade?** 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2016.

LOPES, Antônio José. Matemática e realidade. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (org.). **Alfabetização e seus sentidos: O que fazemos e queremos?** São Paulo: Unesp, 2014. p. 39-64.

MARCILIO, Maria Luiza. **História da alfabetização no Brasil**. São Paulo: Ed. Usp, 2016. 528 p.

MÉLO, Silmaria Cássia Barbosa. **Interrogações sobre o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa e a formação inicial do pedagogo na Paraíba: “compromisso”, “adesão” e “pacto” na produção do professor alfabetizador**. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MIRANDA, Josimara Santos. **Alfabetização de crianças na Bahia: o Programa Pacto pela Educação**. 2016. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MORAIS, Arthur Gomes de. A republicana proposta curricular de Língua Portuguesa que Magda Soares vem construindo com os educadores de Lagoa Santa – MG: coerência e inovação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 857-877, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p.329-341, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gg3SdLpVLM8bJ7bJ84cD8zh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Um balanço crítico da “Década da alfabetização” no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 33, n. 89, p.15-34, jan./abr. 2014.

MOURA, Raquel Souza Lima de. **Influências da provinha Brasil de matemática na organização do trabalho pedagógico de um grupo de professoras de uma escola pública do Distrito Federal**. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

NUNES, Emiliana Cristina Rodrigues. **O delineamento da política de alfabetização no município de Dourados/MS: considerações sobre o bloco inicial de alfabetização**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/EMILIANA CRISTINA RO-DRIGUES NUNES.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

PEREIRA DOS SANTOS, Wildson Luiz. Educação científica na perspectiva de le- tramento como prática social: funções, princípios e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36, set./dez. 2007.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações so- breo Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

RIVERO, José. As diferentes faces do analfabetismo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2002, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, DF: MEC, 2002. p. 238-245. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1d.pdf. Acesso em: 09 out. 2017.

ROMANELLI, O. O. Fatores atuantes na evolução do sistema educacional brasileiro. *In*: ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SANTOS, Maéve Melo. **Política de alfabetização da rede municipal de ensino de Juazeiro – BA**: contribuições para o programa Pacto com os municípios - todos pela escola. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Curso de Gestão e Avaliação da Política Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 ago. 2005.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva; OLIVEIRA, Regina Cestari de; BRITO, Vilma Miranda de. Direito à educação básica no Brasil: reflexões a partir do planejamento educacional. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 8, n. 23, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/9437>. Acesso em: Acesso: 03 out. 2020.

SILVA, Maria das Graças Martins da; CONRADO, Nayara Lucas Dias de; LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. Qualidade na perspectiva das políticas educacionais: significados e paradoxos. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 1, n. 1, 2011, p. 7-17. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1404>. Acesso: 03 out. 2020.

SOARES, Magda. A reinvenção da alfabetização. **Presença Pedagógica**, v. 9, n. 52, jul./ ago. 2003. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/reive ncao_alfabetizacao.pdf. Acesso em: 03 out. 2020.

SOARES, Magda. **Alfaetrar**: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: contexto, 2020.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2020.

SOUSA SILVA, Anuska Andreia de. **A Política do Ciclo de Aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**: Uma análise a partir do ciclo de políticas. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

VIEIRA, Sofia Lersche; FARIAS, Isabel Sabino. **Política Educacional no Brasil**: Introdução histórica. Brasília: Líber livro, 2007.

WEISZ, Telma. Alfabetização no contexto das políticas públicas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2002, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, DF: MEC, 2002. p. 224-227. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1d.pdf. Acesso em: 09 out. 2017.

Sobre as autoras

Pollyanna Nunes de OLIVEIRA

Mestre e Doutoranda na UFPE.

Alice Miriam Happ BOTLER

Doutora em Sociologia, Professora da UFPE (PPGE).

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Correção, formatação, normalização e tradução.